

Prioridade indiscutível

15 OUT 1985

Educação

CORREIO BRAZIL

A passagem do "Dia do Professor", hoje sendo comemorado em todo o País, abre a oportunidade para uma avaliação objetiva sobre as profundas transformações que o setor educacional deverá experimentar entre nós a partir do próximo exercício financeiro. 1986 será o primeiro ano de vigência da emenda Calmon, que tornou obrigatória a vinculação de treze por cento do orçamento federal e de 25 por cento dos orçamentos estaduais para a educação. O setor, como se espera, vai dispor de abundância de recursos financeiros em níveis sem precedentes, ampliando-se os programas de melhoria da qualidade do ensino, numa reformulação de meios e de fins destinada a exercer profundas ressonâncias em todas as nossas dimensões futuras.

Inscritas nas diversas unidades orçamentárias do Ministério da Educação estão constando na proposta da lei de meios para 1986 verbas no montante de 36,450 trilhões de cruzeiros, distribuídas entre a administração centralizada e as entidades supervisionadas. Admitindo-se uma arrecadação global dos estados ao redor de 140 trilhões, no próximo ano, e calculados sobre esse montante 25 por cento chegaremos à respeitável quantia de 71 trilhões de cruzeiros para agir e reagir diante dos grandes desafios da educação no seu todo. Essa constatação convida a Nação a profundas reflexões, considerando as novas opções a serem adotadas em todos os níveis do ensino e em todas as suas programações. Para fontes dobradas usos multiplicados. É exatamente no dimensionamento desses usos que o problema pode adquirir conotações distorcidas, cabendo indagações relativamente à posição da educação nas diretrizes gerais a serem traçadas: se permanece como principal ou se

ganha condições acessórias.

Ainda hoje nos ressentimos da síndrome da ostentação que contaminou o ensino superior no Brasil, a partir da multiplicação das universidades, ao expandir-se a federalização para quase todo o território brasileiro. Constituiu-se à época em modismo incontrolável o apelo ao luxo e à grandiloquência, na estruturação dos inúmeros "campi", quase todos marcados pelo complexo faraônico do belo afrontoso, em detrimento da funcionalidade e do produto final representado pelo ensino.

Está amadurecendo no Ministério da Educação uma programação que poderá levar a União a construir muitos milhões de metros quadrados de salas de aula diretamente ou em cooperação com os estados e municípios. São Paulo, logo a seguir, com projeções de vulto, destaca-se com mais de 5,7 mil salas, estimando-se, por isso mesmo, no somatório dos investimentos no setor, um volume superdimensionado de aplicações motivadas muito mais pelo excesso de recursos disponíveis do que como instrumentação básica para o processo educacional. O próximo ano será eminentemente eleitoral, com os pleitos gerais para renovação de dois terços do Senado Federal, da totalidade da Câmara dos Deputados e dos governos estaduais. Os fatores de distorção poderão exercer influências indesejáveis no setor. A oferta ampliada de fundos públicos se destina, especificamente, à educação e não como instrumento de fortalecimento da indústria da construção civil. A menção de novas salas de aula foi incorporada à estatística de bom desempenho dos administradores públicos ocupando posições destacadas nas listagens de realizações para fins de credenciamento eleitoral.

Por força do achatamento salarial ocorrido nos últimos dez anos, a paga dos mestres sofreu uma perda significativa, que vem sendo corrigida aos poucos. Apenas para efeito de avaliação vale lembrar o ingresso do salário nos gastos do MEC. Cerca de 54 por cento serão bloqueados para remunerar o magistério e os encargos sociais, num total de aproximadamente 20 trilhões de cruzeiros. Para os estados a questão é semelhante. A inclusão dos gastos suplementares como instalações e equipamentos, material didático e merenda escolar coloca a conta da educação em patamares que devem ser cuidadosamente reparitados em função de prioridades que a destaquem preferencialmente. Relegá-la é inadmissível.

O importante é gastar de forma racionalizada, estabelecendo uma cronologia marcada pelo equilíbrio com a educação como centro de gravidade dos programas e projetos a serem desenvolvidos. Prioridade indiscutível.

Os professores têm deveres e obrigações a cumprir nesta fase de renovação do ensino no Brasil. Como peça fundamental do sistema, o mestre identifica-se de maneira indeclinável com o destino do processo educacional, cabendo-lhe, por isso mesmo, o exercício de uma permanente vigilância, nos meios e nos fins a serem postos em prática, na autêntica redescoberta do ensino entre nós a ter lugar no próximo ano. Ao crescimento exponencial dos recursos para a educação deve corresponder, necessariamente, um ganho real nos resultados da emenda Calmon. Os mestres têm ciência e consciência dessa relação de causa e efeito, devendo, assim, se investirem do ofício, na condição de fiéis depositários desses fundos públicos adicionais.